

# PERCEPÇÕES ACERCA DO TRABALHO INFANTIL A PARTIR DA ABORDAGEM DESIGN THINKING

## PERCEPTIONS ABOUT THE CHILD LABOR FROM THE DESIGN THINKING APPROACH

Danieli Aparecida Cristina Leite<sup>1</sup>  
Marinez Meneghello Passos<sup>2</sup>

### RESUMO

Os resultados que trazemos neste artigo fazem parte de uma pesquisa que buscou analisar dados aferidos a partir de uma oficina com o conteúdo ministrado acerca do trabalho infantil, com a abordagem *design thinking*, e interpretados por meio dos procedimentos da análise textual discursiva. O objetivo foi o de mapear as percepções dos alunos de um curso de Pós-Graduação *lato sensu* em Direito do Trabalho e Previdenciário acerca do tema trabalho infantil, com o propósito de chegar a soluções de combate prototipadas. Tal investigação permitiu evidenciar resultados que perpassam por indicação de soluções e de reflexões acerca do tema, concluindo-se que, em que pese toda a tristeza e carga sentimental denotada nos relatos, há pouca ação realizada no que diz respeito ao combate, as propostas repetem-se e são pouco efetivas quanto à aplicabilidade. Pelos depoimentos, pode-se constatar que: a comunidade conhece minimamente a realidade das crianças que são exploradas por meio de seu trabalho; poucos têm acesso às estatísticas atinentes ao tema, ainda que considerem como uma prática indigna e desumana.

**Palavras-chave:** trabalho infantil; *design thinking*; pós-graduação em Direito; análise textual discursiva.

### ABSTRACT

The results that we bring in this article are part of a research that sought to analyze data from a workshop with the content taught about child labor, with the design thinking approach, and interpreted through the discursive textual analysis procedures. The objective was to map students' perceptions of a *lato sensu* postgraduate course in Labor Law and Social Security on the theme child labor, in order to arrive at prototyped combat solutions. This investigation allowed us to highlight results that permeate by indicating solutions and reflections on the theme, concluding that, despite all the sadness and sentimental burden denoted in the reports, there is little action taken with regard to combat, the proposals repeat themselves and are ineffective as to applicability. From the testimonies, it can be seen that: the community knows minimally the reality of children who are exploited through

---

<sup>1</sup> Mestra em Ciência Jurídica pela UENP - Campus Jacarezinho-PR. Mestranda em Ensino pela UENP - Campus Cornélio Procópio-PR. Docente do Ensino Superior na graduação e pós-graduação na Universidade Norte do Paraná - UNOPAR, Câmpus Bandeirantes. Professora Formadora I do curso de Gestão Pública da Universidade Aberta do Brasil - UAB/UENP. Especialista em Direito do Trabalho pela Universidade Norte do Paraná - UNOPAR. Especialista em Educação Ambiental e Estudos do Meio Ambiente pela Fundação Faculdade Luiz Meneghel - FFALM. Bacharel em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná - PUC-PR (2009). Graduada em Licenciatura em Biologia pela UENP - Campus Cornélio Procópio (2003). Graduanda em Licenciatura em Pedagogia. Advogada.

<sup>2</sup> Doutora em Educação para a Ciência pela Universidade Estadual Paulista (UNESP). Professora Sênior da Universidade Estadual de Londrina (UEL). Professora Colaboradora da Universidade Estadual do Norte do Paraná (UENP) – câmpus Cornélio Procópio. Pesquisadora do Grupo de Pesquisa em Educação em Ciências e Matemática. Endereço para correspondência: Rua Professor Samuel Moura, 328, Apto. 1502, Vila Judith, Londrina, PR, Brasil, CEP: 86061-060. E-mail: [marinezmp@sercomtel.com.br](mailto:marinezmp@sercomtel.com.br).

their work; few have access to statistics on the subject, even though they regard it as an unworthy and inhuman practice.

**Keywords:** child labor; design thinking; postgraduate degree in law; discursive textual analysis.

## Introdução

O dilema do trabalho infantil versus capitalismo desenfreado desafia-nos a buscar alternativas para o problema e refletir sobre a exclusão proporcionada por essa modalidade de trabalho. A promessa de uma sociedade moderna pautada no bem-estar geral é comprometida diante de um quadro de mazelas vividas por uma significativa parcela da sociedade excluída de seus direitos básicos.

Embasado na doutrina trabalhista que discorre com primor acerca do trabalho infantil, nas construções literárias acerca da abordagem do *design thinking* e nos procedimentos discutidos por Moraes e Galiazzi (2007) no tocante à análise textual discursiva, o presente artigo traz resultados de uma investigação que se dedicou a realizar um levantamento, por meio de atividades promovidas em sala de aula a respeito das percepções dos estudantes de um curso de Pós-graduação *lato sensu* em Direito do Trabalho e Previdenciário acerca do tema trabalho infantil, quando frequentavam uma oficina planejada segundo os preceitos do *design thinking*.

Na sequência trazemos esclarecimentos a respeito dos referenciais teóricos que nos acompanharam nesta proposta, diversas informações relativas aos procedimentos metodológicos e analíticos, assim como sobre os sujeitos investigados. Por fim, apresentamos os dados e os movimentos analíticos, concluindo então os nossos pareceres sobre o fenômeno a que nos dedicamos estudar.

### 1.Referenciais teóricos: alguns posicionamentos

Nesta seção discutimos o que compreendemos e assumimos por trabalho infantil, descrevemos alguns posicionamentos a respeito do *design thinking* e de sua contribuição para o planejamento da oficina desenvolvida.

O trabalho infantil e a conseqüente exploração das crianças e adolescentes representam uma mazela social do cenário atual, que certamente precisa ser banida do contexto social com urgência.

A Lei nº 8069/90 publicou o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), garantindo todos os direitos trabalhistas aos aprendizes maiores de 16 anos. Conforme a doutrina de Cassar (2018, p.523) “[...] finalmente, a idade mínima para o trabalho é constitucionalmente alterada pela Emenda nº 20/98, para 16 anos, salvo na condição de aprendiz, limitado a 14”, redação que vigora até hoje.

Sendo assim, apesar de um histórico mundial de trabalho infantil, atualmente no Brasil a legislação afirma que o menor de 14 anos não deve trabalhar de forma alguma, sendo ilícita tal prática. Já a atividade do maior de 14 anos é permitida, nos termos da lei, considerando inclusive as peculiaridades da formação física do menor e as condições do trabalho, visto que sempre a legislação deve resguardar a proteção integral ao menor.

Sobre o tema, ainda temos as previsões da Constituição Federal de 1988, no seu artigo 227, na Consolidação das Leis do Trabalho e Decretos da Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), ratificada pelo Brasil, dispendo a respeito das atividades proibidas aos menores.

Estudos estatísticos demonstram que o trabalho infantil ressurgiu em escala planetária no século XX perdurando até os dias de hoje, por razões atreladas ao aumento da pobreza e à globalização econômica, como bem dispõe Azevedo (2012), no prefácio que fez na obra “O preço da liberdade”, de Sally Grindley, sendo considerada uma forma de trabalho invisível e sujeita a abusos.

Dessa forma, a proposta da atividade era despertar a conscientização e a militância pela causa, a fim de permitir que a infância ocorra longe da exploração do trabalho de crianças e adolescentes, a fim de se garantir um desenvolvimento saudável.

Com relação ao *design thinking*, destaca-se que é uma abordagem aplicada para estimular a resolução de problemas, a geração de inovações e a adoção de estratégias de ensino e de aprendizagem centradas nas pessoas, despertando a habilidade de criação e inovação. No âmbito educacional mantém o foco na criatividade e na ressignificação da educação e é organizada em etapas (CAVALCANTI; FILATRO, 2016).

Todavia, podemos ser interpelados a respeito: o que significa *Design Thinking*? Para responder a tal questão pautamo-nos em Gonsales (2018, p.82), quando afirma que:

Não há como traduzir “*design*” para a Língua Portuguesa. Pode significar projeto, concepção ou criação. A depender do sentido e do contexto. Como área formal de conhecimento, o *Design* surge no final do século XIX, no auge da Revolução Industrial, mas foi no início do século XX, que passa a ganhar força, especialmente com a criação da Escola Bauhaus, na Alemanha, até hoje referência de vanguarda artística (grifo da autora).

Quanto a considerar o *design thinking* como uma abordagem e não como uma metodologia, seguem alguns esclarecimentos:

Podemos pensar o *Design Thinking* (DT) como um novo jeito de pensar e abordar problemas ou, dito de outra forma, um modelo de pensamento que coloca as pessoas no centro da solução de um problema. Isso porque os *designers* não pensam somente na beleza estética de um produto ou serviço, mas também na funcionalidade para quem vai utilizá-lo. Essencialmente, o DT funciona como uma abordagem a partir de três pilares que inter-relacionam: empatia, colaboração e experimentação. Nesse sentido, e é muito importante frisar, o DT, ao contrário do que possa parecer, não é uma metodologia de ensino.

[...]

O que o *Design Thinking* traz, de fato, para a educação, é a possibilidade de encarar seus desafios – sejam de didática de sala de aula, relações interpessoais ou currículo – como oportunidades (GONSALES, 2018, p.82).

De acordo com Brown (2010) *design thinking* representa a habilidade de sair da zona de conforto e de converter necessidade em demanda e aplicá-la a uma variedade muito mais ampla de problemas.

Considerando o foco nas pessoas e na resolução de problemas e pautando-nos em um enfoque inovador, a abordagem foi escolhida para dinamizar o planejamento do curso e propiciar ao processo de ensino e de aprendizagem algo reflexivo que estimulasse os sujeitos a se manifestarem apropriadamente para a coleta de dados que sustenta esses movimentos investigativos.

Quanto à aplicação da abordagem *design thinking* no ensino jurídico, trata-se, segundo nossos levantamentos, de algo novo nesta área de conhecimento, considerando que ainda há pouquíssimas pesquisas e materiais bibliográficos a respeito. No entanto, a escolha se deu por considerar que há uma necessidade premente de dinamizar o ensino jurídico atual, a fim de tornar o Direito mais acessível e o ensino jurídico inovativo, interativo e que valorize o indivíduo que está sendo alvo da demanda.

Há que se considerar que o curso de Direito é eivado por um tradicionalismo formal que o engessa e que é marcado pelo positivismo. Nessa toada, Freire (1987, p.33) denominou esse pragmatismo de “educação bancária”, na qual o professor depositaria informação no aluno (o banco). Além de apontar a figura do opressor e do oprimido, no caso, esse ensino positivado, que preza pelo acúmulo de normas, atende apenas aos anseios do opressor, pois o oprimido fica submetido às suas “verdades”.

Nesse sentido:

Ao se reduzir as academias jurídicas à mera leitura e compreensão das leis, dentro dos critérios hermenêuticos apresentados pela própria dogmática, estamos afastando

o estudante de Direito do fato social, da realidade concreta, e transportando-o para um “mundo paralelo” no qual a lei se justifica como um fim em si mesma (BUSSINGUER; SILVA, 2016, p.57).

Tanto os obstáculos epistemológicos, como o contexto histórico-cultural que prezam pelo pragmatismo e legalismo, são consequências do positivismo exacerbado, que servem de empecilhos à formação do espírito científico jurídico, pois as academias não buscam o Direito que está nas ruas para sustentar suas bases e produzir conhecimento científico.

Sendo assim, é nítido o cabimento da aplicação da abordagem *design thinking* ao ensino jurídico, com o fim de promover a formação de cidadãos crítico-reflexivos, em que o foco não deve ser abolir a dogmática-positivista, mas, também, não se reduzir a ela.

## **2.Procedimentos metodológicos: alguns destaques**

Antes de adentrarmos a mais uma seção deste artigo, cabe, segundo nossas ponderações, estabelecer algumas balizas. Primeira: temos como temática o trabalho infantil. Segundo: propusemos uma oficina pautando-nos nos indicativos organizacionais da abordagem *design thinking*. Terceira: intencionamos coletar as percepções de estudantes da Pós-graduação, que participaram da oficina, a respeito da temática em pauta – trabalho infantil. Quarta: para o movimento analítico, adotamos os procedimentos da análise textual discursiva. Por isso, na continuidade elaboramos alguns esclarecimentos relativos a esses procedimentos interpretativos que tinham por objetivo compreender o que ‘pensavam’ a respeito do trabalho infantil os sujeitos em foco.

Quanto ao tipo de pesquisa realizada, ela encontra-se no bojo das pesquisas descritivas (GIL, 2008), segundo uma abordagem qualitativa, ou seja, uma abordagem que averigua a compreensão de um fenômeno a partir do contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado (o fenômeno) em uma perspectiva integrada (GODOY, 1995).

Cabe lembrar, de antemão, que a análise textual discursiva, integrante de destaque das análises qualitativas de dados, valoriza tanto a interpretação como a descrição, todavia tem como preocupação primária a interpretação, não precisando, necessariamente, produzir a crítica ou a geração de conflitos.

De acordo com Moraes e Galiazzi (2007, p.140) “[...] a Análise Textual Discursiva é uma nova opção de análise para pesquisas qualitativas e de caráter hermenêutico [...] uma modalidade de investigação que se afasta dos extremos tanto da Análise de Conteúdo tradicional quanto de algumas modalidades de Análise de Discurso”.

Ainda, segundo os autores, a “Análise Textual Discursiva”

Com sua perspectiva fundamentada na hermenêutica, inicia seus esforços de construção de compreensão a partir dos sentidos mais imediatos e simples dos fenômenos que pesquisa. Assume um desafio permanente de produzir sentidos mais distantes, complexos e aprofundados. Nisso não entende propriamente estar procurando sentidos ocultos, mas pretende envolver-se em movimentos de constante reconstrução dos significados e dos discursos que investiga. Mais do que expressar realidades já existentes, a Análise Textual Discursiva tenciona-se inserir-se em movimentos de produção e reconstrução das realidades, combinando em seus exercícios de pesquisa a hermenêutica e a dialética (MORAES; GALIAZZI, 2007, p.149).

Durante o desenvolvimento da oficina os participantes foram questionados a respeito de suas percepções relativas ao trabalho infantil. De posse desses dados e diante dos procedimentos indicados pela análise textual discursiva, buscamos organizar essas informações até a fase de categorização das palavras extraídas dos depoimentos. E é sobre esse desenvolvimento interpretativo que discorreremos a seguir.

A categorização é uma das etapas do processo analítico de pesquisas qualitativas. Inserindo-se em uma metodologia aberta e em permanente construção, esse movimento de síntese que segue a unitarização desenvolve-se a partir de pressupostos derivados da linguagem com suas características polissêmicas e polifônicas, especialmente quando a pesquisa tem um foco temático e semântico (MORAES; GALIAZZI, 2007, p.73).

Ainda quanto ao método,

[...] inclui-se a atividade construtiva do pesquisador criando as categorias e não apenas descrevendo algo já inteiramente constituído. Nisso o pesquisador, ao mesmo tempo que aprende, comunica-se sobre os fenômenos investigados (MORAES; GALIAZZI, 2007, p.74).

Nesse diapasão, entende-se que a aplicação da análise qualitativa de dados contribuiu com a compreensão do que os estudantes participantes da oficina entendiam a respeito da problemática do trabalho infantil e, também, com a interpretação dos dados expostos por meio das atividades suggestionadas durante o desenvolvimento da oficina, possibilitando a elaboração de um metatexto acerca da temática a partir da emergência de categorias que puderam acomodar as manifestações dos depoentes.

Os materiais utilizados para esse desenvolvimento, que aqui descrevemos, e que resultou em considerações conclusivas a respeito do fenômeno investigado, segundo o referencial assumido, é denominado por *corpus*<sup>3</sup> da pesquisa. Sendo assim nosso *corpus* foi composto por: livros, *sites* da *Internet*, artigos e textos de autores que abordavam a temática do trabalho infantil, versavam sobre *design thinking* e traziam esclarecimentos a respeito da análise qualitativa de dados; informações coletadas durante a realização das atividades pelos participantes da oficina, entre elas, entrevistas realizadas com pessoas da comunidade, explicitação das interpretações das informações coletadas nas entrevistas, relatos a respeito das próprias percepções sobre o tema.

Para a realização da oficina, pautada nos pressupostos do *design thinking*, foram utilizados os seguintes materiais: 7 cartolinas brancas, 7 cartolinas verdes, 19 blocos de *post-its* em cores variadas, canetinhas de diversas cores, canetas marca-texto nas cores laranja, verde, amarelo e rosa, 1 caixa de lápis de cor com 48 cores, fita crepe, cola e tesoura.

Com relação aos participantes da oficina, todos eram bacharéis em Direito, sendo que nove deles atuavam profissionalmente como advogados. As análises foram realizadas a partir dos registros coletados durante o desenvolvimento das atividades propostas no planejamento da oficina, mais especificamente, das palavras apresentadas pelos depoentes no segundo dia de participação, momento esse denominado por *brainstorming*, em que foram registradas (palavras) nos *post-it* e coladas nas cartolinas brancas.

Primeiramente as palavras foram organizadas em grupos nominados por: sentimentos, mazelas, condição, perspectivas e ação. Todavia, depois de outras avaliações investigativas e das justificações apresentadas pelos estudantes, elas foram categorizadas segundo comentários que diziam respeito às experiências vivenciadas pelos depoentes: saber, reflexão e ação.

Na próxima seção, como já indicado, inserimos detalhes a respeito da realização da oficina, momento em que os dados foram coletados, trazendo esses dados, não brutos, mas acomodados, segundo processos analíticos estabelecidos diante dos procedimentos sugeridos por Moraes e Galiazzi (2007).

### 3. Apresentação e análise dos dados

---

<sup>3</sup> “[...] o conjunto dos documentos tidos em conta para serem submetidos aos procedimentos analíticos” (BARDIN, 2011, p.126).

O que expomos nesta seção é o resultado da análise dos dados coletados durante uma oficina elaborada segundo os preceitos do *design thinking* que tinha por tema o trabalho infantil e, na qual, os estudantes participantes da formação *lato sensu* (agrupados em equipes) foram orientados a entrevistar três pessoas acerca de suas percepções sobre trabalho infantil. Após esta coleta, os estudantes foram convidados a prototipar<sup>4</sup> sugestões de soluções para a problemática em questão, justificando as colocações sugestivas indicadas.

A oficina em destaque foi realizada durante 12 horas, distribuídas em 3 dias nos meses de maio e junho do ano de 2019, contando com 19 participantes distribuídos em 7 equipes. No primeiro encontro foi abordado o tema – trabalho infantil –, com exposição dos aspectos legais presentes nos mais diversos dispositivos trabalhistas e do cenário nacional e mundial a seu respeito; esclarecimentos relativos à abordagem *design thinking*; orientações sobre a realização da atividade em que entrevistariam três pessoas, pertencentes a grupos seletos no que diz respeito ao grau de instrução escolar. Seria necessário, também, registrar a idade de cada entrevistado, sua profissão e escolaridade. Vale considerar que essas entrevistas comentadas por cada equipe, no segundo encontro, serviram apenas de estímulo para as percepções manifestadas pelos 19 estudantes, registradas nos *post-it*, fixadas na cartolina branca, e por nós analisadas.

Nessa coleta tivemos o registro de 65 palavras, sendo que 12 delas com repetição. A seguir descrevemos essas palavras em ordem alfabética, com a quantidade de repetições entre parênteses. Aquelas que não possuem a quantidade de repetições foram registradas uma única vez: Amargura; Brincar; Carência; Condição; Condicionamento; Conscientização; Costume; Crueldade; Cultura; Degradação (2); Denúncia; Desgaste; Desprofissionalização; Desumano; Dignidade; Educação (3); Escola; Exaustão; Excessivo; Exclusão; Exploração (2); Exposição (2); Fiscalização (2); Fome; Impactos; Infância (2); Inocência (2); Legislação; Liberdade; Necessidades (5); Obrigatoriedade; Perda; Perigo; Perversidade; Pobreza (3); Precariedade (2); Prejudicial; Privação; Realidade; Renda; Restrição; Risco; Sofrimento (2); Sonhos; Trabalho; Tristeza (2); Velada; Vulnerabilidade.

Desse processo que envolvia a realização de duas atividades pelos estudantes – entrevistar três pessoas e registrar palavras que expressavam suas percepções a respeito do trabalho infantil – pudemos evidenciar cinco descritores que representavam as manifestações: circunstâncias, mazelas, sentimentos, perspectivas e ações. Neles acomodamos as 48 palavras (sem repetição) representativas das percepções desses 19 estudantes do *lato senso* sobre trabalho infantil.

Essa organização pode ser observada no Quadro 1 a seguir.

Quadro 1 – Acomodações dos registros realizados pelos estudantes

Descritores analíticos	Quantidade de palavras	Palavras registradas
Circunstâncias	14	Condição; Condicionamento; Costume; Cultura; Escola; Excessivo; Exposição; Impactos; Necessidade; Obrigatoriedade; Perigo; Realidade; Renda; Risco.
Mazelas	14	Degradação; Desgaste; Desprofissionalização; Desumano; Exaustão; Exclusão; Exploração; Fome; Pobreza; Precariedade; Prejudicial; Privação; Restrição; Velada.
Sentimentos	9	Amargura; Carência; Crueldade; Inocência; Perda; Perversidade; Sofrimento; Tristeza; Vulnerabilidade.
Perspectivas	6	Brincar; Dignidade; Infância; Liberdade; Sonhos; Trabalho.
Ações	5	Conscientização; Denúncia; Educação; Fiscalização; Legislação.

Fonte: os autores

<sup>4</sup> Assumimos prototipar nesta pesquisa, como sendo algo, feito ou pensado pela primeira vez e que pode ter sido copiado ou imitado, contudo é o exemplar mais típico de um grupo de pessoas, neste caso específico, os 19 alunos que cursavam a oficina.

Como podemos perceber agilmente, mais de 50% das palavras foram acomodadas nos dois primeiros descritores – circunstâncias às quais essas crianças estão sujeitas e as mazelas mundanas tão discutidas pelos documentos e divulgadas pela mídia.

Ao buscarmos um dispositivo<sup>5</sup> que ilustrasse esse elenco de palavras com suas repetições, ou seja, ao inserirmos tais registros em um *software* apropriado para a geração de “nuvens”, chegamos à representação disposta na Figura 1. Nela ficam evidentes os registros: necessidades (com 5 repetições); educação e pobreza (com 3 repetições cada). Imediatamente após em tamanho representativo temos aquelas que foram sugeridas 2 vezes e, por fim, as que foram citadas uma única vez (representadas por uma fonte de menor tamanho).

Figura 1 – Disposição das palavras em uma nuvem



Fonte: os autores

Esses resultados, expressos no Quadro 1 e na Figura 1, foram apresentados aos estudantes, pois como indicado anteriormente, nossa intenção com o desenvolvimento desta oficina era o de tornar o ensino jurídico inovativo e interativo e que valorizasse o indivíduo que está sendo alvo da demanda.

Juntamente com esse desenvolvimento, os estudantes foram convidados a elaborar um *slogan*, uma frase que representasse o desafio e uma justificativa reflexiva (elementos esses que deveriam ser registrados na cartolina verde) para uma campanha relacionada à prática do trabalho infantil, com o objetivo de esclarecer a sociedade e propor soluções aos problemas enfrentados no tocante a essa prática.

A seguir organizamos, no Quadro 2, o *slogan* e as demais informações sugeridas por cada uma das 7 equipes. Antecipadamente indicamos que essa atividade contribuiu com a elaboração de categorias que caracterizam as percepções desses alunos a respeito do trabalho infantil.

Quadro 2 – Campanha de conscientização relativa à prática do trabalho infantil

Equipes e Slogans	Frase desafiadora	Justificativa reflexiva
-------------------	-------------------	-------------------------

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.wordclouds.com/>. Acesso em: 20 jun. 2019.

1 – Onde a família se perdeu?	Trabalhar não mata e é melhor estar trabalhando que estar na rua.	A reflexão gerada foi que a estrutura é a família, se ela estiver consolidada, forte e atuante, dificilmente suas crianças chegam até a situação de exploração do seu trabalho.
2 – Nunca é tarde para aprender.	Fortalecer as políticas públicas, inclusive de atendimento a pessoas que passaram pelo trabalho infantil e não tiveram oportunidade de alfabetização.	A reflexão gerada partiu de uma das entrevistas, em que a entrevistada foi uma senhora de 72 anos, analfabeta, que relatou “que jamais uma criança pode trabalhar” e que o seu sonho era estudar e saber ler. Logo, chega-se facilmente à conclusão que muitos idosos de hoje tiveram sua infância perdida pelo trabalho, conseqüentemente tiveram seus sonhos perdidos também.
3 – Brasil é Pobre.	A renda familiar baixa nas regiões mais precárias gera falta de oportunidades.	A reflexão foi a respeito da infância perdida pelo trabalho, havendo a necessidade de conscientização da sociedade acerca da importância da fase infantil na vida do ser humano, no entanto, dadas as necessidades, visto que a maioria das crianças que trabalham é fruto de famílias vulneráveis e desestruturadas, há a necessidade de mais políticas públicas de atendimento às famílias.
4 – <i>Blitz</i> educativa.	Educação familiar.	A reflexão produzida pelo grupo foi que brincar é essencial à criança, que o trabalho infantil gera desgastes físicos e psicológicos às crianças, mas que também é fruto da educação familiar.
5 – Turma da Mônica.	Levar conscientização à comunidade da importância da denúncia do trabalho infantil, não dar esmolas às crianças e projetar a responsabilidade também aos consumidores.	A reflexão do grupo girou em torno da necessidade de fiscalização e informação da sociedade sobre o assunto.
6 – Solução.	Ampla divulgação dos riscos do trabalho infantil em locais públicos.	A reflexão do grupo girou em torno da falta de informação da sociedade quanto ao trabalho infantil, inclusive dos prejuízos provocados por ele à infância.
7 – Disque 100.	Divulgar o Disque Denúncia em combate ao trabalho infantil.	A reflexão apontada pelo grupo foi acerca da necessidade de se fortalecer instituições idôneas que contribuem com o desenvolvimento infantil, que cuida das crianças em situação de risco, além da necessidade de levar conhecimento sobre a importância de se denunciar o trabalho infantil.

Fonte: os autores

A partir de todas essas propostas de atividades e dos retornos elaborados pelos estudantes, retomamos então as palavras registradas por eles no primeiro momento de coleta das informações. Desse processo analítico emergiram 3 categorias: Saber, Reflexão e Ação.

A primeira denominada Saber, justificada pelo conhecimento expresso pelos estudantes a respeito do assunto, aquele que faz parte de suas argumentações, trazendo em seu bojo discussões epistêmicas e apresentando uma visão técnica do assunto.

Na segunda categoria, Reflexão, acomodamos todos os registros relacionados aos sentimentos expressados por eles em relação à temática: trabalho infantil. Nessas palavras temos a expressão de subjetividade e uma relação explícita com suas vivências pessoais e existenciais.

Na terceira categoria, Ação, alocamos os registros que traziam um vínculo com possíveis soluções, carregando uma conotação social.

No Quadro 3 inserimos as categorias que emergiram e os registros relacionados a elas. Como pode ser constatado, Ação foi a categoria menos representativa para esses estudantes.

Quadro 3 – Categorias representativas

<b>Categorias emergentes</b>	<b>Palavras registradas</b>
Saber	Conscientização; Degradação; Denúncia; Desgaste; Desprofissionalização; Dignidade; Educação; Exaustão; Exclusão; Exploração; Exposição; Fiscalização; Impactos; Infância; Legislação; Liberdade; Perigo; Precariedade; Privação; Renda; Restrição; Risco; Trabalho; Vulnerabilidade.
Reflexão	Amargura; Brincar; Carência; Condição; Condicionamento; Costume; Crueldade; Cultura; Desumano; Excessivo; Fome; Inocência; Necessidade; Obrigatoriedade; Perda; Perversidade; Pobreza; Prejudicial; Realidade; Sofrimento; Sonhos; Tristeza; Velada.
Ação	Conscientização*; Denúncia*; Educação*; Escola; Fiscalização*; Legislação*.

Fonte: os autores

OBS.: todas as palavras com (\*) estão repetidas na primeira categoria – Saber. Isso será justificado nos parágrafos seguintes.

Os resultados aqui sistematizados foram apresentados aos estudantes e validados por eles, concordando com as denominações e acomodações.

A seguir, comentamos alguns destaques: todas as palavras inseridas no Quadro 1 no descritor analítico Sentimentos, foram acomodadas nas categorias Saber e Reflexão (Quadro 3); as palavras da gaveta Mazelas compuseram integralmente a categoria Reflexão, devido a seu grau de subjetivismo; as palavras, anteriormente alocadas no descritor Ações, passaram a compor a categoria Saber e a categoria Ação, havendo então repetição de palavras no momento da categorização, pois todas as palavras que representam Ação perpassam a categoria Saber, considerando que a ação só se dá de forma fundamentada, ou seja, essencialmente necessita de um saber prévio, de um conhecimento acerca do tema (posicionamentos esses indicados pelos estudantes que registraram essas palavras em seus *post-it*).

## Conclusão

Encerramos este artigo, retomando nosso objetivo primário – levantar as percepções de estudantes do *lato sensu* a respeito do trabalho infantil.

Entre os resultados a que chegamos, destacamos que esses alunos da Pós-graduação possuem sobre o assunto uma visão predominantemente epistêmica, ou seja, vinculada a um Saber e, subjetiva, relacionada aos seus processos de Reflexão sobre a temática. Em menor número, ficaram as manifestações sociais, que sistematizam a Ação, com a intenção de indicar soluções para a problemática em questão.

O que nos leva a concluir que tais estudantes sabem sobre o assunto, refletem sobre ele e seus desdobramentos, contudo não indicam ações que possam contribuir com a diminuição das mazelas difundidas em nossa sociedade pela existência do trabalho infantil.

Tais resultados também nos levam a destacar que a abordagem qualitativa desses dados, por meio dos procedimentos da análise textual discursiva, permite-nos elaborar um metatexto considerando palavras registradas pelos próprios estudantes, que mostraram sua indignação e empatia pelo tema trabalho infantil, declarando que ele pode ser combatido nas mais diversas esferas da

sociedade a partir de um despertar para a realidade à qual vivem milhares de crianças subordinadas à exploração, por meio de práticas de ações de conscientização e informação da sociedade, de fomento à fiscalização, aplicação da legislação com severidade e denúncias, além da exigência de uma educação inclusiva e de qualidade, para que todos os menores estejam convivendo no ambiente escolar e não em um ambiente de labor destrutivo e inóspito ao seu desenvolvimento.

Apesar desses resultados instigantes, infelizmente percebe-se que há muita indignação e tristeza por parte do público envolvido nesta pesquisa, no entanto, houve poucas sugestões de ação, de solução para a mazela discutida, pois obteve-se apenas 5 palavras revelando a Ação (terceira categoria). O que denota o cenário como um todo, visto que existem políticas públicas, porém não atingem o grau de efetividade necessário para combater o trabalho infantil.

Quanto ao propósito da análise dos materiais produzidos em uma oficina planejada por meio da abordagem *design thinking*, foi o de revelar que há a possibilidade de se trabalhar essa abordagem aliada a temas do curso de Direito, inclusive com intervenções que fomentem a inclusão e a humanização do Direito.

Ressalte-se, por fim, que os participantes que se apropriaram dos conhecimentos trabalhados nesta ocasião mostraram-se capazes de reaplicá-los, possibilitando que outros indivíduos alcancem tais informações e desconstruam, diante da sua realidade, as crenças cristalizadas sobre trabalho infantil. Fato que nos leva a considerar que essa forma de elaboração de uma proposta com finalidade educativa pode surtir resultados reflexivos e de recomposição das percepções relativas a diversos temas sociais.

## Referências

AZEVEDO, Jô. Prefácio. In: GRINDLEY, Sally. **O preço da liberdade: uma menina condenada ao trabalho escravo na China**. 2. ed. São Paulo: Ática, 2012.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Porto: Edições 70, 2011.

BRASIL. **Decreto Lei nº 5.452**: Consolidação das Leis do Trabalho. 1943. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del5452.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm). Acesso em: 15 nov. 2010.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 20 jun. 2019.

BRASIL. **Convenção nº 132 da Organização Internacional do Trabalho**. 1970. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3197.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3197.htm). Acesso em: 19 jun. 2019.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente, Câmara dos Deputados, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. DOU de 16/07/1990 – ECA. Brasília, DF. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 20 jun. 2019.

BROWN, Tim. **Design Thinking: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo; SILVA, Tatiana Mareto. O positivismo como obstáculo epistemológico à produção do conhecimento jurídico: O Dogmatismo e suas consequências para a formação do jurista. **Anais ... I. Encontro Nacional do CONPEDI, Brasília, DF. Florianópolis: CONPEDI, 2016, p.44-64**. Disponível em: <http://www.conpedi.org.br/publicacoes/y0ii48h0/wz8uq8sf/6ZYWy4Fvc5yq7KXH.pdf>. Acesso em: 20 abr. 2017.

CAVALCANTI, Carolina Costa; FILATRO, Andrea Cristina. **Design Thinking na educação presencial, a distância e corporativa**. São Paulo: Saraiva, 2016.

CASSAR, Vólia Bonfim. **Direito do Trabalho**: de acordo com a reforma trabalhista Lei 13.467/2017. 15. ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Método, 2018.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GIL, Robledo Lima. **Licenciatura em Ciências Biológicas, Disciplina de Pesquisa do Ensino de Ciências e Biologia**. 2008. Disponível em: <http://wp.ufpel.edu.br/ecb/files/2009/09/Tipos-de-Pesquisa.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2017.

GODOY, Arilda Schmidt. **Pesquisa qualitativa**: tipos fundamentais. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n3/a04v35n3.pdf>. Acesso em: 13 dez. 2016.

GONSALES, Patrícia. **Design Thinking**: espantos, coletividades e rituais na educação. *In*: Revista Educatrix. São Paulo: Editora Moderna, 2018. Disponível em: <https://www.moderna.com.br/educatrix/ed15/educatrix15.html?pag=80>. Acesso em: 12 jun. 2019.

MORAES, Roque; GALIAZZI, Maria do Carmo. **Análise textual discursiva**. Ijuí: Unijuí, 2007.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. 1970. Disponível em [http://www.oit.org.br/sites/all/forced\\_labour/](http://www.oit.org.br/sites/all/forced_labour/). Acesso em: 04 out. 2015.